

# Esportes, lazer e desenvolvimento econômico em Ilhéus (c. 1890-1930)<sup>1</sup>

*Sports, Leisure and Economic Development in Ilhéus (c. 1890-1930)*

Cleber Dias\*  
Marcial Cotes\*\*

## RESUMO

O artigo analisa o início da prática de esportes em Ilhéus, bem como as circunstâncias que podem explicar como se deu este processo. O caso de Ilhéus exhibe o desenvolvimento dessas práticas diante de uma urbanização ainda incipiente. A maior parte da população da cidade nesse período residia em áreas rurais e estava envolvida com o trabalho agrícola. Tais circunstâncias, porém, não impediram o florescimento de esportes e outras práticas de lazer. Ao contrário, foi o desenvolvimento de uma economia sustentada por atividades agrícolas que criou condições para essas atividades em Ilhéus. Entretanto, a natureza da modernização permitida pela economia agrária da região foi também o principal obstáculo para a sustentação e a ampliação do alcance desse processo.

Palavras-chave: Lazer; esportes; Primeira República; Bahia.

## ABSTRACT

The article analyzes the early sport's history in Ilhéus, as well as the circumstances that may explain how this process took place. The case of Ilhéus shows the development of these practices in a context where the urbanization was still incipient. Most of the population of the city at that time resided in rural areas and was involved in agricultural work. Such circumstances, however, did not prevent the flourishing of sports and other leisure practices. On the contrary, it was an economic development almost entirely supported by agricultural activities that created the conditions for the emergence of sports in Ilhéus. However, the nature of the modernization allowed by the agricultural economy was also the main obstacle to sustaining and expanding the scope of this process.

Keywords: Leisure; Sports; First Republic; Bahia.

\* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil. cleberdiasufmg@gmail.com <<https://orcid.org/0000-0001-9126-5992>>

\*\* Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, BA, Brasil. mcotes@uesc.br <<https://orcid.org/0000-0002-6345-3715>>

“O cacau exercia sobre eles uma fascinação doentia”.

Jorge Amado (2010, p. 7)

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar as primeiras iniciativas concernentes à prática de esportes em Ilhéus, no Sul da Bahia, bem como examinar as circunstâncias históricas que podem ser apontadas como fatores para a explicação do modo como este processo se deu. O artigo contextualiza os esportes frente ao universo dos lazeres, de maneira mais geral, enfatizando as suas relações com a oferta cultural promovida por instâncias associativas e comerciais. O propósito heurístico dessa abordagem é compreender os esportes como um ramo do lazer, dado que esses fenômenos parecem estar submetidos a condicionantes semelhantes (Seaman, 2003; Hallmann et al., 2017).

Em Ilhéus, os esportes e outras atividades de lazer se desenvolveram diante de processos de industrialização e urbanização ainda incipientes. Entre 1880 e 1920, período do primeiro surto de modernização da cidade, bem como de organização das primeiras iniciativas esportivas, datadas de meados da primeira década do século XX (Campos, 2006; Santos, 2020), a população de Ilhéus aumentou 600% (Mahony, 2007). Em 1923, segundo classificação adotada na época, somente 16% da população de Ilhéus, que correspondia aos residentes na sede do município, viveriam em uma “área urbana”. Todos os demais distritos eram classificados como “área rural” (Bahia, 1926, pp. 291-409). Na verdade, mesmo a sede do município, com seus 10.779 habitantes e que reunia as atividades comerciais e as ocupações propriamente urbanas, possuía, nessa época, uma densidade demográfica 20 vezes menor que Salvador, o que expressa o quão limitado era o seu processo de urbanização.

A baixa densidade demográfica distanciava as condições de vida em Ilhéus nesse período daquilo que usualmente se define como uma “experiência urbana”, tal como descrito por Simmel (1973), quais sejam, o anonimato, o cotidiano acelerado e a intensificação dos estímulos sensoriais. Esses aspectos eram identificados no Brasil desde a transição entre os séculos XIX e XX, senão antes, ao menos naquelas cidades que reuniam as maiores populações, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, que em 1890 contavam, respectivamente, com mais de 520 mil, 170 mil e 110 mil habitantes (Brasil, 1936, p. 46). Em cidades como Ilhéus, entretanto, ocasiões para experiências desse tipo, quando existiam, eram raras e geralmente estavam circunscritas a pequenos grupos. Os

esportes e especialmente o cinema – que era a atividade de lazer comercial e destinada a “causar sensações” ofertada de modo mais regular e constante na cidade – estiveram entre as principais formas de vivenciar essas novas fontes de estímulo sensorial.

Ao definir o que seriam áreas urbanas no Sul da Bahia, Milton Santos (1957) destacou as dificuldades do assunto, dada uma série de peculiaridades da ocupação da região, afirmando, em sentido contrário, o seu caráter predominantemente rural. Segundo ele, em análise da década de 1950, além da maioria da população viver em áreas rurais, ocupando-se na produção agrícola, várias fazendas constituíam povoados quase inteiramente autônomos, com suas próprias capelas, armazéns, barbearias e até cinemas, o que resultava em uma estrutura populacional rarefeita, com habitações isoladas e dispersas no meio das plantações. Tais características diminuíam o papel das cidades como centros fornecedores de serviços especializados. Além disso, o predomínio da monocultura orientada para a exportação impunha funções tipicamente urbanas ao agricultor, especialmente o comércio, na medida em que quase não havia estímulo econômico para a prática da agricultura de subsistência. Em última instância, todo agricultor era um comerciante. As cidades, por outro lado, estavam “indissolivelmente”, ele diz, subordinadas às necessidades das atividades agrícolas. Nas palavras dele: “a ‘cidade’ é, para o seu distrito, um entreposto do cacau e *somente* do cacau, e o seu comércio se desenvolve *apenas* para servir aos produtores de cacau” (Santos, 1957, pp. 71-72, grifos no original). Não por acaso, Santos se refere à maioria das “cidades” da região como “cidadezinhas”, “vilarejos”, “arraiais”, “cidades-vilas” ou “vilas-cidades” (*passim*), isto é, “pequenas aglomerações, meio urbanas, meio rurais, vinculadas estreitamente à terra e ao tipo de sua exploração” (Santos, 1957, p. 52).

Tais circunstâncias, porém, não impediram o florescimento de esportes e outras práticas de lazer. Ao contrário, foi o desenvolvimento de uma economia inteiramente sustentada por atividades agrícolas o principal aspecto a criar condições para o surgimento dos esportes e de certa diversificação na oferta de lazer em Ilhéus. Entretanto, a natureza do desenvolvimento econômico e social permitido por uma estrutura produtiva desse tipo foi também o principal obstáculo para a sustentabilidade e a ampliação do alcance desse processo.

## ESPORTE, LAZER E MODERNIZAÇÃO EM ILHÉUS

As primeiras iniciativas para a prática de esportes em Ilhéus foram organizadas a partir de meados da primeira década do século XX (Campos, 2006;

Santos, 2020). As circunstâncias históricas que envolviam tais iniciativas não diferiram muito daquelas usualmente apontadas no que concerne a outras cidades brasileiras no período, quais sejam, o desenvolvimento de esportes como um homólogo, no âmbito das práticas corporais, de processos mais gerais de modernização (Melo, 2010). No caso de Ilhéus, em particular, a dinâmica econômica desencadeada pela produção e pela comercialização de cacau é o principal elemento por detrás do pequeno surto de modernização que progressivamente afetou a cidade a partir do quartel final do século 19 (Freitas; Paraíso, 2001; Garcez; Freitas, 1975).

A dinamização econômica permitida pela plantação e pela exportação do cacau a partir de meados do século XIX esteve associada a transformações que se processaram na Bahia e nas demandas dos mercados internacionais. Por um lado, a grave crise no ramo de produção açucareira, que constituía, em meados do século XIX, o eixo mais relevante da economia da Bahia, incitava a busca por alternativas. Por outro lado, condições do Sul da Bahia, especialmente a relativa abundância na oferta de terras devolutas e a ecologia da região, configuraram um ambiente favorável a esta cultura (Garcez; Freitas; 1975; Mahony, 2006). Além disso, a invenção do chocolate ao leite, na década de 1870, associada a uma elevação das rendas nos Estados Unidos e em alguns países da Europa Ocidental, permitiu a ampliação da demanda global por cacau, elevando o preço do produto e incentivando a cacauicultura. Desse momento em diante, o cultivo do cacau em Ilhéus, que já era praticado desde antes, ganhou novo e extraordinário impulso. Comerciantes de Salvador e até de outros países começaram a investir no cultivo deste produto na região, ao mesmo tempo em que camponeses pobres, vindos sobretudo de outras cidades da Bahia ou de outros Estados do Nordeste (especialmente Sergipe, Alagoas e Ceará), migravam para a região em busca de trabalho.

Logo, a produção do cacau, iniciada ali por volta de 1834 e expandida a partir da década de 1860, tornou-se o principal elemento a permitir que a antiga Vila de São Jorge dos Ilhéus fosse elevada à categoria de cidade em 1881. No período entre 1834 e 1931, o volume de produção de cacau na região saltou de 47 toneladas para 76 mil toneladas – um aumento médio de cerca de 16% ao ano, por um período de quase 100 anos (Baiardi, 1984, pp. 57-65). Concomitantemente, entre 1880 e 1920, Ilhéus deixou de ser uma vila com cerca de 500 propriedades agrícolas e 10 mil habitantes para se tornar uma cidade com mais de 6.000 fazendas e uma população com quase 70 mil habitantes (Mahony, 2007).

Já em 1876, como parte das primeiras consequências desencadeadas pela

economia cacauera, foi inaugurada uma estação telegráfica na cidade. Em 1889, no mesmo sentido, foi inaugurado um sistema de iluminação pública com lâmpões a querosene importados da Bélgica. Memórias de Costa (1995), que chegou em Ilhéus em 1897, fugindo da seca no sertão da Bahia, registraram um sentimento de estupefação com a fartura que parecia existir em Ilhéus já naquele período.

Em princípios do século XX, o fluxo de embarcações entre Ilhéus e Salvador, onde se localizava o porto internacional mais próximo (apenas a partir de 1926 a exportação de cacau passou a acontecer diretamente do porto de Ilhéus), somava 33 lanchas e três vapores. Em 1904, apontamentos de Arthur Dias, que visitou várias cidades brasileiras a fim de observar seus respectivos níveis de progresso, registrou, em Ilhéus, uma “vida animada” e de “adiantamento material”, conforme palavras dele, destacando a presença de imigrantes e o afluxo de capitais, no que ele chamou simplesmente de “dinheiro em abundância”. Segundo ele, nessa época a cidade apresentava “bons hotéis, palacetes modernos, ruas pavimentadas de pedra, comércio forte e ativo, ostentando bem providos armazéns e lojas de artigos de luxo, jornais bem feitos, fábricas de chocolate, de doces e de sabão” (apud Campos, 2006, pp. 449-450).

Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, a importância do cacau para a economia e para a estruturação das relações sociais na cidade só fez aumentar. Nesse período, o Brasil se tornou o segundo maior produtor mundial de cacau, com boa parte da produção brasileira saindo do Sul da Bahia (Mahony, 2006). No contexto em questão, Ilhéus se tornou o principal centro do que ficou conhecido como “civilização do cacau” (Filho, 1976). Ao final da primeira década do século 20, mais sinais de transformações urbanas e sociais se faziam notar, o que começou a ser repetidamente registrado e divulgado. Conforme um desses registros, vinculado pelo *Jornal de Notícias*, publicado em Ilhéus em 1909:

A bela cidade de Ilhéus, uma das melhores de nosso Estado, passa por uma grande reforma. As ruas estão sendo alargadas, as casas não alinhadas estão sendo destruídas [...]. Um edifício apropriado, construído há pouco para o serviço da Intendência, chama imediatamente atenção do visitante [...]. A conservação urbana é rigorosa. A carne fresca é conduzida aos açougues dentro de carros apropriados e fechados. Uma grande quantidade de blocos de pedra e armações de ferro, provenientes da América do Norte, foram recebidas para o calçamento geral da cidade, em substituição as antigas pedras (apud Freitas; Paraíso, 2001, p. 140).

Ao longo da década de 1910, na medida em que se ampliava a concentração do cultivo e a comercialização do cacau em Ilhéus, a estrutura urbana da cidade seguiu se transformando nesse mesmo sentido. As obras da rede de esgoto tiveram início nesse período, bem como a construção de um novo porto e de uma ferrovia. Nessa época, haveria ainda a inauguração de fábricas de gelo, sabão, charuto, cigarros, vinagre, calçados, bebidas, argila, objetos de barro e de torrefação de café (Campos, 2006, p. 523-524; Freitas; Paraíso, 2001, p. 161). O comércio incluía hotéis, albergues, cafés, bares, farmácias, açougues, relojarias, joalherias, alfaiatarias, sapatarias, barbearias, ferrarias e lojas de material de construção, sem mencionar a oferta de serviços de engenheiros, médicos, dentistas, advogados, fotógrafos e agrônomos. Entre 1915 e 1917, foram inaugurados o sistema de iluminação pública movido à eletricidade e uma agência bancária, além de mais algumas ruas terem sido calçadas. Em princípios dos anos 1920, um documento censitário do governo da Bahia registrava que Ilhéus era a cidade do interior do Estado onde circulava o maior valor de comercialização de mercadorias. “É a zona de maior riqueza da Bahia”, dizia o documento (Bahia, 1926, p. 101). Tudo isso, de fato, dava à cidade – ou pelo menos à sede do município – uma dimensão mais urbanizada (Figuras 1-4).

Figura 1: Vista de Ilhéus em princípios do século XX.



Fonte: Zehntner (1914) apud Carvalho (2015, p. 52).

Figura 2: Vista do porto de Ilhéus.



Fonte: Soub (2013, p. 147).

Figura 3: Vista da avenida Beira-Mar.



Fonte: Soub (2013, p. 177).

Figura 4: Vista do centro urbano de Ilhéus.



Fonte: Foto de P. Pínillos (1925). Acervo pessoal de José Nazal Pacheco Soub.

De maneira ainda mais enfática, a imprensa local retratava esses acontecimentos como símbolos inquestionáveis de progresso que mereciam destaque e celebração. Cada nova rua calçada, cada nova praça construída, cada nova loja do comércio urbano da cidade inaugurada era noticiada em tom entusiasmado. Conforme um artigo do *Jornal de Ilhéus* publicado em 1918:

Para grande honra da Bahia, a municipalidade e a cidade de Ilhéus assumiram posição de grande evidência na vida econômica e política, colocando-se com brio na vanguarda das municipalidades do Estado. Eis a cidade com iluminação elétrica, serviço telefônico e de esgoto, sede de um bispado e de um vice-consulado, cheia de jardins, passeios e diversões, salubre e com uma arquitetura quase completamente moderna, destacando-se as confortáveis mansões, elegantes e ricas. Por seu vigor e riqueza, Ilhéus vem a ser o centro comercial do sul da Bahia (apud Freitas; Paraíso, 2001, p. 146).

Ao lado da expansão econômica e demográfica promovida pela cacauicultura, novos empreendimentos para a oferta de lazer também foram erigidos. O enriquecimento das elites ensejava certa disposição para gastos conspícuos, o que gerava demanda nesse setor. Comportamentos de consumo desse tipo podem se fazer presentes de modo especialmente marcante em regiões afetadas



por acelerado crescimento populacional, como era o caso de Ilhéus nesse período, quando formas tradicionais de distinção e articulação de identidades podem parecer instáveis aos contemporâneos, estimulando-lhes na busca por novos modos de coesão e distinção social (Sennett, 2014). Ademais, a exibição pública de *status* em cidades pequenas, por meio de demonstrações de riqueza em atividades de lazer, podia funcionar como mais um recurso simbólico na disputa pela hegemonia que frequentemente atravessava as clivagens entre grupos oligárquicos rivais (Caniello, 2003; Queiroz, 1977). Em Ilhéus, esses mecanismos foram mobilizados não apenas pelos estratos sociais superiores, mas também por trabalhadores urbanos, que se organizavam para a construção de associações que tinham na promoção de atividades de lazer uma de suas finalidades (Carvalho, 2015).

Em 1889, foram criados dois clubes carnavalescos: o “Clube da Paz” e os “Cavalheiros da Turquia” (Campos, 2006). Em 1910, com o pomposo nome de “Palácio”, foi inaugurado o primeiro cinema da cidade, que funcionou apenas por alguns meses. Mais tarde, entre 1911 e 1912, foram inaugurados novos estabelecimentos para a exibição de filmes: o “Cinema Ideal” e o “Cine Elite” (Campos, 2006). A partir de meados da década de 1910, cinemas se tornaram um dos principais e mais regulares locais de lazer da cidade, ao menos para alguns estratos sociais. Nos cinemas, realizavam-se, além da exibição de filmes, reuniões de clubes e associações, concertos musicais, encenações teatrais, saraus literários, espetáculos de circos e lutas de boxe. Em meados da década de 1920, Ilhéus chegou a ter seis cinemas funcionando simultaneamente: o Central, o Pery e o Vesúvio, no centro da cidade; o São João, no arraial do Pontal; o Unahyp, no arraial de Água Preta (atual município de Uruçuca); e o Cine-Theatro Laroca, no arraial de Pirangi (atual município de Itajuípe) (Campos, 2006; Em Pirangy, 1924, p. 2; Notícias de água preta, 1926, p. 2).

O Cine Central e o Pery, no centro da cidade, pareciam reunir programação mais variada, que incluía desde grupos musicais ou companhias teatrais itinerantes até apresentações de grupos amadores locais. O modo como a imprensa de Ilhéus divulgava os eventos realizados nesses dois cinemas costumava enfatizar as origens, as experiências e o virtuosismo dos artistas, destacando o fato de já terem realizado exhibições nos centros mais adiantados do país – como se dizia –, num claro esforço de imprimir aos eventos simbolismos de sofisticação e cosmopolitismo. Em contrapartida, cinemas nos arraiais da cidade não realizavam propagandas e quase nunca foram objeto de notícias nas páginas do jornal *Correio de Ilhéus*, que constitui a nossa principal e mais abundante fonte<sup>2</sup>. A julgar pela caracterização ficcional elaborada por Jorge

Amado (2010) no romance *Cacau*, cujo personagem principal desfruta de alguns dos seus dias de folga do trabalho nas fazendas em festas e noutras diversões no centro de Pirangi, cinemas dos arraiais, frequentados por moradores dos povoados rurais, deviam funcionar de modo mais precário e menos ostentoso, com pulgas, percevejos, gente em pé, filmes arrebitados e orquestras desafinadas.

Com muita ou pouca precariedade, ao longo da década de 1920, oportunidades de lazer em Ilhéus já poderiam ser classificadas como *relativamente abundantes*, com oferta regular de bailes, piqueniques e espetáculos cinematográficos, teatrais, circenses e musicais. É difícil saber quais grupos tomavam parte dessas atividades. Aparentemente, havia predominância de “estratos intermediários”, como profissionais liberais, funcionários públicos, empregados do comércio e trabalhadores urbanos especializados, embora grupos das elites, notadamente proprietários agrícolas e grandes comerciantes, estivessem também envolvidos (Carvalho, 2015; Silva, 2012).

Dentre as instituições especialmente dedicadas à oferta de lazer que funcionaram em Ilhéus ao longo da década de 1920 destacaram-se, afora os cinemas, o Grêmio Dramático Agrário de Menezes, o Grêmio Dramático Rui Barbosa, o Grêmio Turumbãmba, o Grêmio Dramático Mutuense, o Grêmio Dramático Taborda, o Grêmio Recreativo Belmonte, o Grêmio Literário Olavo Bilac, o Club Sul Baiano, o Club A Floresta e a Euterpe 3 de Maio (Bahia, 1926, p. 189; Bailes, 1923, p. 2; Água Preta Social, 1926, p. 2; Club Sul Bahiano, 1924, p. 2; Gremio Turumbãmba, 1924, p. 2; Gremio Dramatico Mutuense, 1924, p. 2; Gremio Taborda, 1925, p. 3; Grêmio Recreativo Belmonte, 1926, p. 3). Essas iniciativas eram repetidamente retratadas pela imprensa local como “provas incontestes do grau de civilização de um povoado”, ou como “demonstração insofismável de progresso social” (Água Preta Social, 1926, p. 2; As vitórias do esporte, 1926, p. 1).

Apesar de a sede do município de Ilhéus concentrar o maior número de iniciativas, essas associações recreativas não estavam limitadas apenas àquela região da cidade. Algumas delas foram fundadas e funcionavam fora dali, em pequenos arraiais e vilas de diferentes distritos do município. De todas as 10 associações recreativas mencionadas nas páginas do jornal *Correio de Ilhéus* na década de 1920, cerca de 50% estavam fora da sede do município. Modestas expansões comerciais dos arraiais de Água Preta e Pirangi na época, talvez sejam parte da explicação para essa relativa difusão geográfica de associações recreativas.

Além dessas associações dedicadas à literatura, ao teatro e à música, havia vários clubes esportivos. Com efeito, os esportes compunham parte relevante dessa oferta de novas oportunidades de lazer da cidade. Apenas ao longo da década de 1920, ao menos 36 equipes ou clubes esportivos foram formados em Ilhéus, a julgar pelo que se pode apurar a partir de notícias publicadas no jornal *Correio de Ilhéus* concernentes àquele período. A maioria dessas equipes ou desses clubes parecia se dedicar, sobretudo, ao futebol, embora também tenham sido criados no período três clubes especificamente voltados ao remo e à natação (Desportivas, 1922, p. 2; A regata de domingo, 1926, p. 1; A fundação do Clube Ilheopolis..., 1925, p. 2). Além de organizarem eventos esportivos, vários desses clubes promoviam bailes, piqueniques, saraus literários, concertos musicais e espetáculos teatrais. Clubes esportivos em Ilhéus, portanto, do mesmo modo como acontecia em outras cidades do Brasil, funcionavam como instituições voltadas à oferta de lazer, de maneira mais ampla, servindo, num só tempo, como relevantes espaços sociais dedicados à diversão, ao convívio e à exibição pública de status (Gambeta, 2015; Dias, 2018; Gomes; Quitzau; Silva, 2020; Souza, 2017; Melo, 2010).

A exemplo das associações recreativas mais genéricas, os clubes dedicados aos esportes foram fundados em diferentes pontos de Ilhéus. Sempre tomando como fonte o jornal *Correio de Ilhéus*, consegue-se identificar os locais onde foram formados 29 clubes esportivos, sendo 41% desses (15) nos distritos e 38% (14) na sede do município, isto é, no centro urbano de Ilhéus. No centro ou nos distritos, quase todos não parecem ter se mantido ativos por muito tempo, limitando-se a atuar em uma única ocasião, por alguns meses ou no máximo por alguns poucos anos. As mais notáveis exceções foram o Satélite Sport Club, o State Sport Club, o Flamengo Sport Club, o Victória Sport Club, o São Salvador Sport Club, a Associação Atlética de Ilhéus e o Brasil Esporte Clube, que parecem ter constituído os principais meios para a promoção de esportes em Ilhéus naquele período. Em 1925, alguns desses clubes (com exceção do Satélite e do State) se envolveram na fundação de uma entidade que congregasse várias equipes da cidade, a Liga Ilheense de Desportos Terrestres (Torneio Desportivo, 1925, p. 2), que organizou, dali em diante, várias partidas e campeonatos de futebol. Em 1926, por iniciativa dessas agremiações, existiu ainda um jornal inteiramente dedicado aos esportes (O Grito Esportivo, 1926, p. 2).

## LAZER E ESTRUTURA PRODUTIVA DE ILHÉUS

Apesar dos progressos, Ilhéus tinha ainda muitas limitações na estrutura da oferta de lazer, o que é notável ao se comparar a situação da cidade às situações de outras cidades menos populosas da Bahia. Uma comparação pode ser feita utilizando-se um censo estadual do governo da Bahia para o ano de 1923. Trata-se de um documento incompleto e cujos dados, muito provavelmente, são subestimados. Na parte dedicada às “estatísticas morais e intelectuais”, que reúne informações sobre o número de bibliotecas, cinemas, clubes esportivos e outras casas de diversões da Bahia, lê-se que cerca de 50% dos municípios do Estado não responderam aos questionários enviados para a elaboração daquela pesquisa, o que, por si só, limita severamente as informações contidas ali. Informações arroladas por pesquisa de Santos (2020) acerca do futebol no interior da Bahia na década de 1920, por exemplo, revela vários clubes dedicados a essa modalidade em cidades que não foram registradas nesse censo estadual, tais como Itabuna, Mata de São João, Catu, Alagoinhas, Inhampube, Feira de Santana, Lençóis, Senhor do Bonfim, Mundo Novo, Juazeiro, Jequié, São Gonçalo, Iaçú, Jaguaripe, Itaparica, São Felix, Mar Grande e Amargosa, o que confirma que os dados desse censo são de fato subestimados. Outrossim, o documento registra informações apenas relativas ao ano de 1923, não capturando a dinâmica que afetava o universo da oferta de lazer, bastante volúvel e marcado por frequentes falências e aberturas de novos empreendimentos ao longo do tempo. Todavia, mesmo assim, o documento oferece indícios relevantes a respeito da dinâmica de lazer na região no período.

Em Cachoeira, por exemplo, que contava com cerca de 40 mil habitantes em 1923, havia quatro clubes esportivos nessa época, enquanto Ilhéus, que contava, na mesma época, com uma população de 68 mil habitantes, registrava apenas três clubes esportivos. Santo Amaro, com uma população de cerca de 92 mil habitantes, contava com oito clubes esportivos. Considerando não apenas o número absoluto de clubes, mas a sua relação com o tamanho das populações destas cidades, no que parece um indicador relativo mais adequado da abundância ou da escassez na oferta de oportunidades de lazer, Cachoeira contaria com um clube esportivo para cada 10 mil habitantes, aproximadamente, enquanto em Ilhéus, essa relação seria de cerca de um clube esportivo para cada 22 mil habitantes, uma oferta 2,2 vezes menor, portanto. Santo Amaro teria um clube de esportes para cada 11,5 mil habitantes, o que representaria uma oferta quase duas vezes maior que a de Ilhéus (Bahia, 1926,

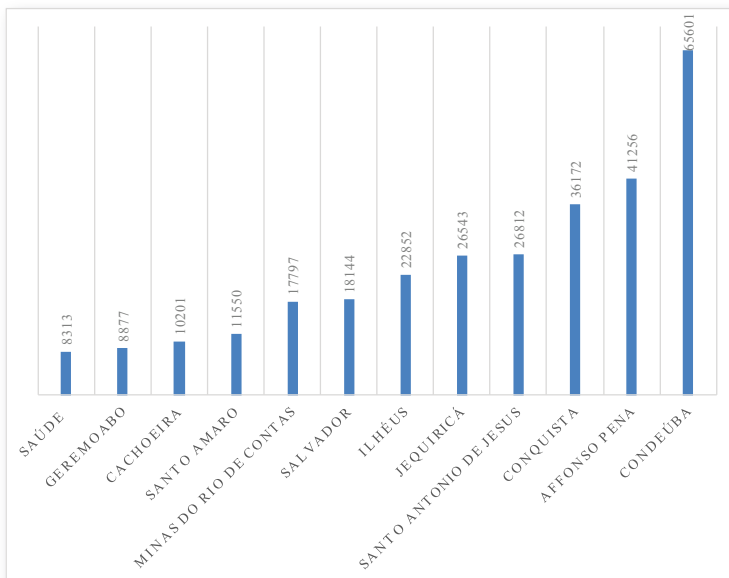
pp. 195-200). Também as pequenas cidades de Saúde, Jeremoabo e Minas do Rio de Contas, além de Salvador, teriam uma oferta relativa de esportes maior do que a de Ilhéus (ver Tabela 1 e Gráfico 1).

Tabela 1: Razão entre número de habitantes e clubes esportivos na Bahia em 1923.

Município	População	Clubes Esportivos	Habitantes por clubes esportivos
Affonso Pena	41256	1	41256
Cachoeira	40802	4	10201
Condeúba	65601	1	65601
Conquista	72343	2	36172
Jeremoabo	17753	2	8877
Ilhéus	68556	3	22852
Jequiricá	26543	1	26543
Minas do Rio de Contas	17797	1	17797
Salvador	308451	17	18144
Santo Amaro	92403	8	11550
Santo Antônio de Jesus	26812	1	26812
Saúde	16626	2	8313

Fonte: Bahia, 1926, pp. 195-200. Elaborada pelos autores.

Gráfico 1: Número de habitantes por clube esportivo, Bahia, 1923.



Fonte: Bahia (1926, pp. 195-200). Elaborado pelos autores.

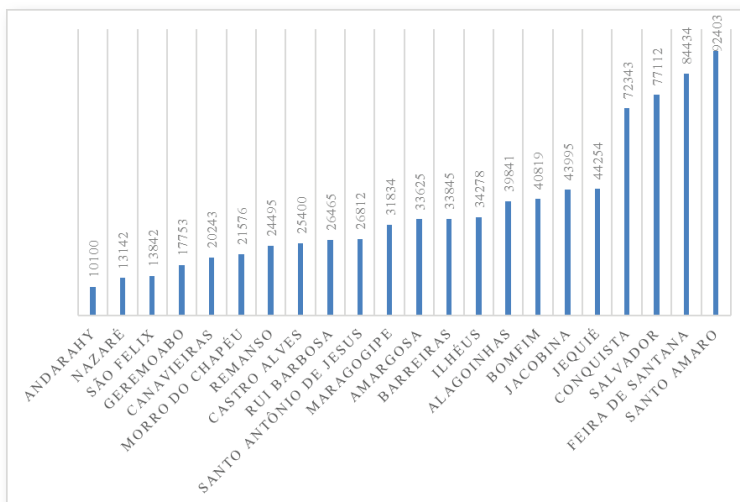
Outras atividades de lazer além dos esportes poderiam encontrar uma oferta maior e mais abundante em outras cidades da Bahia. Em Nazaré, que contava com cerca de 26 mil habitantes em 1923, havia dois cinemas em funcionamento nessa época, que era o mesmo número dos que funcionavam em Ilhéus nesta data, que contava, porém, com uma população significativamente maior. Em termos relativos, a razão entre o número de cinemas e a população em Nazaré, que era de um para cada 13 mil habitantes, contra um para cada 34 mil habitantes em Ilhéus, significava que um habitante de Nazaré tinha uma oferta de cinema 2,6 vezes maior que um habitante de Ilhéus. Uma oferta relativa de cinemas na Bahia maior do que a de Ilhéus ocorria ainda em Andaraí, São Felix, Geremoabo, Canavieiras, Remanso, Castro Alves, Rui Barbosa, Santo Antônio de Jesus, Maragogipe, Amargosa e Barreiras (ver Tabela 2 e Gráfico 2).

Tabela 2: Razão entre número de habitantes e cinemas na Bahia em 1923.

Município	População	Cinema	Habitantes por cinema
Alagoinhas	39841	1	39841
Amargosa	33625	1	33625
Andaraý	10100	1	10100
Barreiras	33845	1	33845
Bomfim	40819	1	40819
Canavieiras	20243	1	20243
Castro Alves	25400	1	25400
Conquista	72343	1	72343
Feira de Santana	84434	1	84434
Geremoabo	17753	1	17753
Ilhéus	68556	2	34278
Jacobina	43995	1	43995
Jequié	44254	1	44254
Maragogipe	31834	1	31834
Morro do Chapéu	43153	2	21576
Nazaré	13142	1	13142
Remanso	24495	1	24495
Rui Barbosa	26465	1	26465
Salvador	308451	4	77112
Santo Amaro	92403	1	92403
Santo Antônio de Jesus	26812	1	26812
São Felix	13842	1	13842

Fonte: Bahia (1926, pp. 195-200). Elaborada pelos autores.

Gráfico 2: Número de habitantes por cinema, Bahia, 1923.



Fonte: Bahia (1926, pp. 195-200). Elaborado pelos autores.

Essas limitações ficam ainda mais evidentes se confrontarmos a situação da Bahia – e de Ilhéus, em particular – com o Estado de São Paulo, a chamada “civilização do café”. Tomando-se os dados do *Anuário Estatístico do Brasil* para os princípios da década de 1920, a Bahia era um dos Estados que tinha a menor oferta de “casas de espetáculo” por habitante naquela época, com uma oferta relativa maior apenas que Goiás, Pará, Piauí e Maranhão, embora estivesse entre os quatro Estados com maior número absoluto dessas instalações (excluindo-se o Distrito Federal). Em São Paulo, havia 398 casas de espetáculo, o que representava uma para cada 11 mil habitantes. Na Bahia, onde havia 80 casas de espetáculo, esse coeficiente era de uma para cada 41 mil habitantes (Brasil, 1922, p. 367).

Omissões de informações semelhantes àquelas que afetaram o censo estadual organizado pelo governo da Bahia poderiam ocorrer aqui também. Todavia, essas possibilidades de subestimação poderiam afetar igualmente outros Estados, o que manteria certa isonomia na comparabilidade desses dados. Em todo caso, com essas críticas acerca da confiabilidade das informações sobre a Bahia, tomamos esses números apenas como parâmetros genéricos e imprecisos para uma comparação superficial sobre a magnitude das ofertas de lazer e cultura nesses diferentes contextos.

Se confrontarmos, mais especificamente, a estrutura de lazer de Ilhéus, o



núcleo da “civilização do cacau”, com algumas das chamadas “cidades do café”, em São Paulo, fortes contrastes aparecem novamente. Em Rio Claro, que contava com uma população de cerca de 50 mil habitantes em 1920, havia quatro cinemas, numa razão relativa de um para cada 12 mil habitantes, aproximadamente, segundo o *Anuário Estatístico de São Paulo* daquele ano. Em Franca, no mesmo sentido, com uma população de cerca de 44 mil habitantes nessa época, havia três cinemas, configurando uma razão de um cinema para cada 14 mil habitantes, aproximadamente (São Paulo, 1923, pp. 288-290). Resultados similares podem ser obtidos em outras cidades de São Paulo, considerando-se tanto os cinemas quanto os teatros ou outras “casas de diversão”. Não sem razão, estudos sobre a cultura ou o mercado de entretenimentos em cidades de São Paulo sob os efeitos da cafeicultura têm destacado a exuberância deste universo, enfatizando a riqueza e a diversidade na oferta de espetáculos de cinemas, teatros, circos ou música que havia ali (Lapa, 2008; Azevedo, 2015; Follis, 2004; Moraes, 2014; Paziani, 2003; Borges, 1999; Santos, 2002; Fernandes, 2011).

Por que a economia do cacau não parece ter sido capaz de fomentar um desenvolvimento cultural análogo ao daquele permitido pelo café? Em diferentes graus, variando de acordo com a região específica, a expansão da cafeicultura no Sudeste brasileiro entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, especialmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, ofereceu excedentes econômicos para a diversificação das atividades, envolvendo progressivamente o setor do comércio, do transporte ou da indústria (Singer, 1977; Lima, 1981; Melo, 2002; Dean, 1975; Abreu, 1987, pp. 54-58; Topik, 1991). A própria agricultura de São Paulo, apesar de bastante dependente do café, tinha considerável grau de diversificação (Colistete, 2015; Luna; Klein; Summerhill, 2014). Em São Paulo, além disso, a decidida política de colonização com imigrantes europeus elevou o capital humano da região, o que favoreceu condições para o desenvolvimento econômico, apesar dos limitados investimentos em educação (Wegenast, 2010; Rocha; Ferraz; Soares, 2017). Em Ilhéus, diferentemente, todos esses elementos estiveram ausentes, e a própria natureza da acumulação da economia cacaueira limitou os efeitos de encadernamento desse tipo (Willumsen; Dutt, 1991).

O modo de produção e comercialização do cacau praticado em Ilhéus pressupunha inúmeros intermediários, o que resultava na concentração da acumulação de capital entre grandes proprietários ou representantes de casas comerciais. Além de capitalistas locais, a cidade contava com a presença de comerciantes de Salvador ou até mesmo de outros países (Freitas; Paraíso, 2001). Uma vez que a colheita da primeira safra do cacau demorava entre

quatro e oito anos, o pequeno agricultor, com menos possibilidades econômicas para esperar, vendia suas árvores cultivadas em pequenas plantações para grandes fazendeiros ou casas exportadoras. Uma vez vendida essas pequenas plantações, o pequeno agricultor pobre partia em direção a novas zonas de expansão, dado que havia terras disponíveis e a demanda pelo produto era grande, onde esse processo então se repetiria. Assim, grandes fazendas geralmente foram estabelecidas através da justaposição de várias pequenas roças que foram progressivamente incorporadas a um mesmo regime de propriedade. A fazenda Morro Redondo, por exemplo, analisada por Milton Santos (1957) em meados da década de 1950, quando era uma das maiores da região, havia sido adquirida em 1919, com uma extensão de apenas 10 hectares. Por volta de 1957, contudo, após 38 anos da aquisição inicial e depois de incorporar quase 500 pequenas roças vizinhas, essa fazenda já possuía cerca de 1.500 hectares.

A introdução de novas e mais resistentes espécies de cacau permitiu que as áreas cultivadas fossem expandidas, estendendo-se até a cidade de Jequié, há mais de 200 quilômetros do litoral Sul da Bahia (Garcez; Freitas, 1975). Tal como toda a agricultura brasileira ao longo da primeira metade do século XX, o aumento da produção de cacau em Ilhéus realizou-se por meio desta expansão da área cultivada promovida por pequenos agricultores pobres, quase sem nenhum aprimoramento técnico, o que, no médio prazo, comprometeu a produtividade agrícola, especialmente após as terras mais férteis começarem a dar sinais de esgotamento, ao mesmo tempo em que a produção se expandia para solos menos férteis e mais distantes dos centros de comercialização (Baiardi, 1984; Klein; Luna, 2020). Mesmo técnicas primitivas como a poda ou os controles de pragas por meio de manejo florestal raramente eram adotadas (Santos, 1957).

A crescente interiorização da cacauicultura, em um contexto de consideráveis precariedades de infraestrutura, dificultava o transporte da produção até o local de comercialização, aumentando o número de intermediários envolvidos na operação, o que agravava o grau de concentração das rendas obtidas com o produto, pois apenas os maiores produtores poderiam dispor de recursos para transportar o cacau. Desprovidos da propriedade da terra, esses pequenos agricultores pobres tinham menos oportunidades de praticar a policultura de subsistência, segundo a qual plantariam alimentos para o seu próprio consumo, o que lhes obrigava a vender a sua mão de obra para o trabalho nas grandes fazendas, a fim de obterem recursos monetários para a aquisição de suas necessidades básicas. Desse modo, a monocultura do cacau se tornava uma condição incontornável. Em 1920, segundo dados do recenseamento na-

cional daquele ano, 93% das terras cultiváveis de Ilhéus estavam dedicadas ao cacau. Nessa época, o cultivo de gêneros alimentícios básicos, como o arroz, o feijão e o milho, ocupava, somados, apenas 1,3% das terras cultivadas de Ilhéus (Brasil, 1924). Com efeito, quase todo o abastecimento alimentar de Ilhéus, com exceção da mandioca, dependia da oferta comercial de produtos cultivados em outras regiões.

Nesse sistema, apenas os trabalhadores agrícolas chamados “contratistas” – análogo ao que se chamava “parceiros” ou “camaradas” em outras regiões do Brasil – eram empregados nas grandes fazendas de cacau com o direito de explorarem o acesso à terra para o plantio de itens voltados à sua subsistência e à comercialização dos excedentes, além de serem remunerados em dinheiro pelas árvores de cacau semeadas. De outro modo, os chamados trabalhadores “alugados” recebiam apenas remuneração em dinheiro pelos serviços executados, além de acesso a moradias em instalações dentro das fazendas, mas sem a possibilidade de explorarem partes da propriedade para plantarem outros itens. Trabalhadores “alugados”, além disso, eram obrigados a comprar todos os itens de consumo diário por meio de um sistema de crédito em estabelecimentos comerciais de propriedade do próprio fazendeiro, chamados “armazéns”, nos quais os preços eram inflacionados, gerando um regime de dependência e exploração semifeudal.

Não obstante, mesmo essa oferta de trabalho análoga à escravidão era sazonal, restringindo-se aos períodos de sementeira (entre maio e junho) e sobretudo de colheita do cacau (março e especialmente agosto), o que condenava muitos desses trabalhadores rurais ao desemprego e à pobreza extrema, ainda mais dramática entre os meses de janeiro e março, período conhecido na região como “paradeiro” (Santos, 1957). Para agravar o quadro, elevadas taxas de desemprego, diante de uma oferta abundante de mão de obra – fornecida principalmente por “flagelados da seca” ou por antigos empregados da decadente economia açucareira do Recôncavo baiano –, deprimiam os salários daqueles que obtinham trabalho e limitavam a demanda da economia local, o que estimulava ainda mais os capitais a se manterem na aquisição de terras voltadas à expansão do cultivo do cacau como principal forma de investimento, já que uma diversificação produtiva ia se tornando cada vez menos atraente nessas condições.

Assim, nesse círculo vicioso, apenas uma pequena elite de produtores e grandes atacadistas capitalizava os lucros obtidos pela economia do cacau. Estudos sobre o modo de estruturação da economia de Ilhéus no período analisado aqui indicam que, apesar de metade dos comerciantes da cidade se dedi-

carem ao varejo, isto é, serem proprietários de pequenos negócios voltados à oferta de itens no mercado local, esse grupo participava de menos de 20% do volume de negócios da cidade. Em 1915, apenas seis atacadistas faziam circular capital equivalente ao de 134 varejistas. Conforme afirmaram Freitas e Paraíso (2001, p. 156), “tudo parecia acontecer em benefício de uma classe comercial e sua rede de agentes”. O resultado de tais circunstâncias foi uma economia muito concentrada, que privou largos contingentes da população do acesso aos recursos que poderiam lhes permitir participar mais amplamente dos circuitos de trocas econômicas. Ainda em meados da década de 1970, estudos indicavam que 20% das famílias residentes na região concentravam 70% das rendas da economia local (Baiardi, 1984, p. 113).

Esse conjunto de circunstâncias limitava o mercado consumidor da cidade e engendrava uma estrutura social muito desigual, em que a exibição luxuosa da riqueza, através do consumo de bens e serviços sofisticados, convivia com a pobreza de amplas parcelas da população, sendo isto um fator determinante para a restrita oferta de lazer na região. A descrição, no romance *Cacau*, de Jorge Amado (2010), do modo como ricos e pobres tomavam parte do carnaval, dramatiza ficcionalmente a aguda divisão que, de fato, estruturava não apenas os momentos de lazer em Ilhéus naquele período, mas todo o conjunto de relações sociais da cidade. No romance, depois de compartilharem alguns momentos em comum nos festejos de rua, mas mantendo sempre certo distanciamento, ricos e pobres voltavam a se separar radicalmente. No baile realizado na casa de um grande fazendeiro local – tão feericamente iluminada a querosene que até doía nos olhos, conforme descrição do romance –, os ricos tomavam champanhe e dançavam ao som de música executada ao piano alemão. Enquanto isso, do lado de fora, os trabalhadores rurais, as moças pobres e os empregados do comércio apenas observavam, enfrentando o sereno e bebendo cachaça.

De certo modo, o contraste do romance apenas reproduz diferenças que encontravam correspondência na realidade, como sugerem crônicas sobre os carnavais de Ilhéus publicadas nos jornais da cidade no período, segundo as quais “famílias” e “populares” participavam dos cordões. Depois dos festejos de rua, contudo, bailes nos salões das residências dos coronéis da região reuniam jovens caprichosamente fantasiados, que se deleitavam ao som de orquestras e *jazz bands*, com seus típicos repertórios de tangos e *fox-trots* (Carnaval, 1923, p. 2).

A marcação acentuada das diferenças sociais não era eventual, mas estruturava o cotidiano da cidade, incluindo as diversões, que estariam igualmente

condicionadas por relações de desigualdade. Em 1927, um relatório produzido pelo banco rural de Itabuna a respeito da conveniência de uma estrada na região sublinhou a aparente incapacidade de a economia de Ilhéus “reter a marcha dos capitais”. Segundo observações contidas neste documento, “nem mesmo os capitais destinados ao lazer ou aos prazeres a bela cidade [de Ilhéus] soube reter por falta de animação das suas atrações, pela exiguidade de recursos sociais e, sobretudo, pelo círculo vicioso no qual se meteu” (apud Freitas; Paraíso, 2001, p. 150).

Embora o documento não explicita, esse *círculo vicioso incapaz de reter a marcha dos capitais destinados ao lazer* era constituído pela própria natureza da economia do cacau. Nesse sentido, as limitações do circuito de entretenimento de Ilhéus devem ser imputadas à própria limitação mais geral da dinâmica de modernização da cidade, inteiramente dependente da produção cacauceira. A monocultura do cacau, que drenava quase todos os fatores de produção disponíveis na cidade, acabou por inviabilizar a edificação de outras atividades econômicas na região. As “indústrias” que existiam na cidade – na verdade, pequenas oficinas manufatureiras – eram economicamente irrelevantes (Tavares, 1982), além de não terem origem nos excedentes da produção cacauceira, que eram canalizados para fora da região (Baiardi, 1984, p. 66). O comércio voltado ao mercado de abastecimento local, por seu turno, além de ser subordinado à economia cacauceira, conforme apontou Milton Santos (1957), era pobre e pouco diversificado, a despeito do que as deslumbradas narrativas de viajantes e os artigos de jornais locais tenham registrado.

Com efeito, tanto narrativas de viajantes quanto livros de memórias ou artigos nos jornais de Ilhéus, usualmente ligados às oligarquias locais e envolvidos nas disputas políticas que animavam esses grupos, tentavam deliberadamente imprimir à cidade ares de fausto e riqueza que existiam apenas em certa medida (Mahony, 2007). O jornal *Correio de Ilhéus*, por exemplo, que constitui a nossa principal fonte, e no qual há muito material celebrando os progressos da cidade, era ligado à família Pessoa, a qual, por sua vez, controlava a Intendência Municipal desde 1912 (Carvalho, 2015, p. 31). Esses documentos, portanto, conforme prescreve a disciplina do ofício, devem ser lidos com criticidade. Em outras palavras, em suma, parte das publicações desse jornal era propaganda política travestida de notícia.

As divisas geradas na produção cacauceira, apesar de terem se tornado importantes para a decadente economia da Bahia, nunca atingiram patamares comparáveis àquelas obtidas pela cafeicultura na ascendente economia do Sudeste (Klein; Luna, 2020). Diante dos barões do café, os barões do cacau pare-

ceriam menos ricos do que se imaginava. Embora as elites de Ilhéus reivindicassem para a cidade o presunçoso epítome de “metrópole do sul da Bahia”, “empório cacauero” soaria mais adequado (a expressão é de Milton Santos, 1957, p. 62).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso de Ilhéus ilustra uma situação segundo a qual o modo como se organizou a sua estrutura produtiva foi decisivo para o desenvolvimento histórico dos esportes e do lazer. Os modos de estruturação das relações de trabalho, de propriedade e de acumulação de capital, afinal, podem ter grande influência sobre todo um conjunto de relações sociais, com amplas consequências não apenas sobre a distribuição de renda, mas sobre os próprios modos de vida (Wolf, 2003; Wolf; Mintz, 2003; Gasco, 1996), o que tende a circunscrever limites e possibilidades também para diversos segmentos dos mercados de lazer (cf. Veal, 2016; Gershuny, 2000). Em Ilhéus, especificamente, o desenvolvimento de uma economia inteiramente sustentada por atividades agrícolas foi o principal aspecto a criar condições para o início de um incipiente processo modernizador, em cujo bojo surgiram as primeiras práticas de esportes, além de uma certa diversificação na oferta de lazer. Todavia, a própria natureza do desenvolvimento econômico e social permitido por uma estrutura produtiva desse tipo foi também o principal obstáculo para a sustentabilidade e a ampliação do alcance desse processo.

## REFERÊNCIAS

- A FUNDAÇÃO DO CLUBE ILHEOPOLIS de Natação e Regatas. *Correio de Ilhéus*, n. 602, p. 2, 2 jun. 1925.
- A REGATA DE DOMINGO. *Correio de Ilhéus*, n. 832, p. 1, 16 dez. 1926.
- ABREU, Mauricio de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 1987.
- ÁGUA PRETA SOCIAL. *Correio de Ilhéus*, n. 769, p. 2, 8 jul. 1926.
- AMADO, Jorge. *Cacau*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- AS VITÓRIAS DO ESPORTE. *Correio de Ilheos*, n. 741, p. 1, 29 abr. 1926.
- AZEVEDO, Veruschka de Sales. *Cinema e sociabilidade nas cidades do café*: Franca e Ribeirão Preto (1890-1930). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.
- BAHIA. *Anuário estatístico da Bahia 1923*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1926.

- BAIARDI, Amílcar. *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueteira da Bahia*. São Paulo; Salvador: Hucitec; Salvador: Kieppe, 1984.
- BAILES. *Correio de Ilhéus*, n. 312, p. 2, 28 jun. 1923.
- BORGES, Maria Elizia. *A pintura na capital do café: sua história e evolução no período da Primeira República*. Franca: Unesp Franca, 1999.
- BRASIL. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936.
- BRASIL. *Recenseamento de 1920: agricultura*. Vol. III. 2. Parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1924.
- CAMPOS, João da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3. Ed. Ilhéus: Editus, 2006.
- CANIELLO, Márcio. O ethos sanjoanense: tradição e mudança em uma “cidade pequena”. *Mana*, v. 9, n. 1, pp. 31-56, 2003.
- CARNAVAL. *Correio de Ilhéus*, n. 256, p. 2, 15 fev. 1923.
- CARVALHO, Philipe Murillo Santana de. *Trabalhadores, associativismo e política no Sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)*. Tese (Doutorado em História) –Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.
- CLUB SUL BAHIANO. *Correio de Ilhéus*, n. 473, p. 2, 24 jul. 1924.
- COLISTETE, Renato Perim. Regiões e Especialização na Agricultura Cafeeira: São Paulo no Início do Século XX. *Revista Brasileira de Economia*, n. 3, v. 69, pp. 331-354, 2015.
- COSTA, José Pereira da. *Terra, Suor e Sangue: lembranças do passado. História da região cacaueteira*. Salvador: EGBA, 1995.
- DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo 3: o Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1975. pp. 277-313.
- DESPORTIVAS. *Correio de Ilhéus*, p. 2, 9 mai. 1922.
- EM PIRANGY. *Correio de Ilhéus*, n. 506, p. 2, 9 out. 1924.
- FERNANDES, Thaty Mariana. *A música em Ribeirão Preto: manifestações do começo do século XX*. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011.
- FILHO, Adonias. *Sul da Bahia: chão de Cacau (uma civilização regional)*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.
- FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Barqueiro *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001.
- GAMBETA, Wilson Roberto. *A bola rolou: o velódromo paulista e os espetáculos de futebol (1895-1916)*. São Paulo: SESI-SP Editora, 2015.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Diagnóstico socioeconômico da região cacaueteira: história econômica e social*. Vol. 8. Rio de Janeiro: Carto-Gráfica; Cruzeiro do Sul, 1975.

- GASCO, Janine. Cacao and Economic Inequality in Colonial Soconusco, Chiapas, Mexico. *Journal of Anthropological Research*, v. 52, n. 4, pp. 385-409, 1996.
- GERSHUNY, Jonathan. *Changing Times: Work and Leisure in Postindustrial Society*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- GOMES, Leonardo do Couto; QUITZAU, Evelise Amgarten; SILVA, Marcelo Moraes e. As festividades dançantes no Clube Curitibano: os bailes como elemento da cultura física (1881-1914). *History of Education in Latin America*, v. 3, pp. 1-19, 2020.
- GREMIO DRAMATICO MUTUENSE. *Correio de Ilhéos*, n. 529, p. 2, 4 dez. 1924.
- GRÊMIO RECREATIVO BELMONTE. *Correio de Ilhéos*, n. 824, p. 3, 27 nov. 1926.
- GREMIO TABORDA. *Correio de Ilhéos*, n. 666, p. 3, 29 out. 1925.
- GREMIO TURUMBÂMBA. *Correio de Ilhéos*, n. 524, p. 2, 22 nov. 1924.
- HALLMANN, Kirstin et al. Leisure Participation: Modelling the Decision to Engage in Sports and Culture. *Journal of Cultural Economics*, v. 41, n. 4, pp. 467-487, 2017.
- KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. *Alimentando o mundo: o surgimento da moderna economia agrícola no Brasil*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora FGV, 2020.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros*. Campinas, 1850-1900. Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais, 1870-1920*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.; SUMMERHILL, William R. A agricultura paulista em 1905. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 44, n. 1, pp. 153-184, 2014.
- MAHONY, Mary Ann. The Local and the Global: Internal and External Factors in the Development of Bahia's Cacao Sector. In: TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr (Eds.). *From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500-2000*. Durham; London: Duke University Press, 2006. pp. 174-203.
- MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacaueira da Bahia. *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*, v. 10, n. 18, pp. 737-793, jul.-dez. 2007.
- MELO, Hildete Pereira. O café e a economia fluminense. In: SILVA, Sergio S.; SZMREC-SÁNYI, Tamás (Orgs.). *História econômica da Primeira República*. São Paulo: Edusp; Hucitec; Imprensa Oficial, 2002. pp. 215-234.
- MELO, Victor Andrade de (Org.). *Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Apicuri; Faperj, 2010.
- MORAES, Julio Lucchesi. *São Paulo, capital artística: a cafeicultura e as artes na belle époque (1906-1922)*. São Paulo; Azougue, 2014.
- NOTÍCIAS DE ÁGUA PRETA. *Correio de Ilhéos*, n. 756, p. 2, 5 jun. 1926.
- O GRITO ESPORTIVO. *Correio de Ilheos*, n. 753, p. 2, 29 mai. 1926.
- PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. *O Fausto caipira: Joaquim Macedo Bittencourt e as faces da modernidade em Ribeirão Preto na Primeira República (1911-1920)*. *Locus: Revista de História*, v. 9, n. 2, pp. 131-149, 2003.



- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Vol. 1. 2. Ed. São Paulo: Difel, 1977. pp. 153-190.
- ROCHA, Rudi; FERRAZ, Claudio; SOARES, Rodrigo R. Human Capital Persistence and Development. *American Economic Journal: Applied Economics*, v. 9, n. 4, pp. 105-136, 2017.
- SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906*. São Paulo: Annablume, 2002.
- SANTOS, Henrique Sena. Futebol no interior da Bahia, 1920-1940. In: DIAS, Cleber (Org.). *Depois da Avenida Central: cultura, lazer e esportes nos sertões do Brasil*. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2020. pp. 153-196.
- SANTOS, Milton. *Zona do Cacau: Introdução ao Estudo Geográfico*. 2 Ed. Série 5ª, Brasileira, v. 296. São Paulo: Companhia Editora Nacional; São Paulo Editora S/A, 1957.
- SÃO PAULO. *Anuario estatístico de São Paulo (Brazil), 1920*. São Paulo: Departamento de Estatística; Typographia Piratininga, 1923.
- SEAMAN, Bruce Alan. Cultural and Sport Economics: Conceptual Twins? *Journal of Cultural Economics*, v. 27, n. 2, pp. 81-126, 2003.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- SILVA, Adriana Oliveira da. *Damas da sociedade: caridade, política e lazer entre as mulheres de elite de Itabuna (1924-1962)*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2012.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. pp. 11-25.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- SOUB, José Nazal Pacheco. *Minha Ilhéus: fotografias do século XX e um pouco de nossa história*. 3. Ed. Itabuna: Via Litterarum, 2013.
- SOUZA, Elisa Salgado de. Sport Club Amazonense: o divertimento em Manaus, 1897-1902. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 4, n. 3, pp. 5-23, set.-dez. 2017.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. A economia da Província da Bahia na segunda metade do século XIX. *Universitas*, n. 29, pp. 31-40, jan.-abr. 1982.
- TOPIK, Steven. Metrôpoles Macrocéfalas: uma comparação entre a primazia do Rio de Janeiro e a da Cidade do México entre 1800 e 1910. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 34, n. 1, pp. 53-77, 1991.
- TORNEIO DESPORTIVO. *Correio de Ilhéos*, n. 614, p. 2, 30 jun. 1925.
- VEAL, Anthony J. Leisure, Income Inequality and the Veblen Effect: Cross-national Analysis of Leisure Time and Sport and Cultural Activity. *Leisure Studies*, v. 35, issue 2, pp. 215-240, 2016.

- WEGENAST, Tim. Cana, Café, Cacau: Agrarian Structure and Educational Inequalities in Brazil. *Revista de Historia Económica – Journal of Iberian and Latin American Economic History*, v. 28, issue 1, pp. 103-137, 2010.
- WILLUMSEN, Maria J.; DUTT, Amitava Krishna. Café, cacau e crescimento econômico no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 11, n. 3, pp. 49-67, jul.-set. 1991.
- WOLF, Eric R. Aspectos específicos dos sistemas de plantations no Novo Mundo: sub-cultura das comunidades e classes sociais. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília; Campinas: Editora Universidade de Brasília; Editora da Unicamp, 2003. pp. 165-181.
- WOLF, Eric W.; MINTZ, Sidney W. Fazendas e plantações na Meso-América e nas Antilhas. In: MINTZ, Sidney W. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: Editora UFPE, 2003. pp. 147-199.
- ZEHTNER, Leo. *Le cacaoyer dans L'Etat de Bahia*. R. Berlin: Friedländer & Sohn, 1914.

## NOTAS

<sup>1</sup> Este estudo contou com apoio financeiro do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e da Universidade Estadual de Santa Cruz (ICB/UESC). Agradecemos aos estudantes Emanuel Ramiro Silva Soares, Thiago Santos de Santana e Ramom de Souza Norte pelo apoio no trabalho de pesquisa nos acervos do Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da UESC. Agradecemos também a Wecisley Ribeiro Espírito Santo e a Fabio Santana Nunes pelas leituras críticas de uma versão preliminar desse artigo, e a Marcelo Henrique Dias pelas indicações das imagens. Naturalmente, as interpretações vinculadas aqui são de nossa inteira responsabilidade.

<sup>2</sup> Exemplares pertencentes ao acervo do Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Artigo submetido em 27 de agosto de 2021.

Aprovado em 19 de julho de 2022.

